REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 2

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 1 - JUL/DEZ DE 2005
ISSN 1980-9018

Impactos “Sócio-Ambientais”, uma Realidade no Bairro de Japuíba, Angra dos Reis - RJ

Social Environmental Impacts: the reality of Japuíba area in Angra dos Reis-RJ

O Autor

Jorge Luiz Raposo Braga
Mestre em Ciência Ambientais e Professor Assistente do Departamento de Geogarfia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ)

Resumo
Este trabalho tem como objetivo mostrar a construção do bairro de Japuíba, em Angra dos Reis, analisando de que forma a implantação dos projetos federais no município contribuiu para a constituição de seus problemas “sócio-ambientais”.

Palavras-Chave
Japuíba - identidade - problemas “sócio-ambientais”

Abstract
This piece of writing has as its main goal to show the building of Japuíba district, in Angra dos Reis. It also analyses the implementation of several Federal projects in the municipality and how they were responsible for its

As pessoas que ouvem falar de Angra nos meios de comunicação de imediato mentalizam um rico balneário de padrão internacional, freqüentado pelos “colunáveis”, onde a circulação do capital se faz presente através de lanchas, iates de luxo, helicópteros e toda a parafernália que não pode faltar aos mais exigentes consumidores turísticos.
Essa é uma das várias imagens vendidas pela mídia, através de novelas ou comerciais, que atingem diversos pontos do Brasil e do mundo e contribuem para um grande fluxo de turistas para o litoral Sul Fluminense. Segundo Leandro (1997, p.88), “ao impor padrões às imagens dos lugares, o marketing turístico celebra o "não-lugar”, que passa a ser visto somente como um lugar de circulação, sem um conjunto de significados. Mas, ao chegarem à cidade, observam os morros da área central apinhados de casas que avançam de forma impiedosa sobre a cobertura vegetal, em direção aos pontos mais elevados. De imediato, essa imagem contrasta com a do cenário paradisíaco vendido nos diversos pacotes turísticos ou nos empreendimentos imobiliários: a primeira impressão é de estar diante de um grande processo de “favelização”. Esse olhar de consumo, nos impede de ver a face oculta dos lugares turísticos, escondida sob as estratégias de marketing, é o que observamos em Leandro (op. cit., p.88) ao afirmar que, “dessa forma, o marketing turístico estimula o nosso olhar para o consumo (olhar econômico) pois, ávidos por belas paisagens, quanto mais olhamos menos a contemplamos. (...) As políticas de turismo, pautadas em modelos urbanísticos caracterizados como ‘enclaves’ (...) associados ao marketing, estimulam a estruturação dos lugares turísticos como roteiros, negando-lhes a identidade”.

Figura 1: Localização do município de Angra dos Reis-RJ (Fonte: CIDE-1996)

Esse primeiro impacto desperta para a contradição entre imagem vendida como roteiro a ser seguido para uma completa satisfação do produto e o total desconhecimento do turista sobre a produção do espaço angrense, o que muitas vezes passa a ser visto como se o mesmo não tivesse identidade. Assim, surgem indagações sobre o que levou uma cidade localizada entre a serra e o mar a chegar a este processo de ocupação.
A maioria que a visita com certeza desconhece os motivos de tal configuração, não sabe de suas histórias, pois o olhar turístico, muitas vezes, não vai além da aparência e se choca quando o que vê não corresponde exatamente ao que foi criado em seu imaginário pela mídia.

A inserção do município nos projetos nacionais, desenvolvidos a partir do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, facilitou, no final da década de 50, a instalação do Estaleiro Verolme no município, o que anos depois abriu frente para novos projetos como a Usina Nuclear, o Terminal da Petrobrás (Tebig) e a Rodovia Rio-Santos (BR-101), que passariam a dar um maior impulso à ocupação da área, principalmente no setor turístico, agravando ainda mais os conflitos "sócio-ambientais" herdados dos diversos momentos de implantação daqueles empreendimentos, que viriam a penalizar o orçamento municipal e sua população, levando à criação de novos bairros, como Japuíba.

Por muito tempo, o discurso ecológico abordou a natureza isolada dos fenômenos sociais, relegando a humanidade a um segundo plano na compreensão da produção do espaço.

Para Carlos (1991, p.759), essa visão levou à existência de duas vertentes: por um lado o espaço passou a ser negado devido a sua neutralização; e, por outro, a idéia do homem como destruidor-depredador. "Com isso, nega-se o mundo como produto social, histórico e o homem como sujeito consciente da obra. Negando-se a obra humana, nega-se o próprio homem enquanto ser que constrói historicamente a partir de sua relação com a natureza. Em contrapartida cria-se a apologia da natureza e do natural".

A subordinação dos comportamentos sociais ao meio físico não só perpassou o conhecimento geográfico, mas também povoou as discussões em diversas áreas da ciência, levando a um processo de "naturalização" do conceito de meio ambiente.

Essa tendência dominante de enfatizar o meio físico recebeu críticas de vários autores que procuraram dar outra interpretação ao conceito, já que repensar o meio ambiente "implica desenvolver uma abordagem integrativa que supere essa noção exclusivamente biogeográfica do ambiente que, por sua vez, o confunde com ecossistemas naturais, e que evite o erro de dissociar os seus constituintes 'físicos' e 'sociais', porque o ambiente é o resultado da interação da lógica da natureza e da lógica da sociedade" (Becker, 1992, p.128).

Desse modo, a questão ambiental deve ser vista como um processo de intervenção da sociedade sobre a natureza, no qual os problemas não estão apenas relacionados à natureza, mas também decorrentes principalmente da ação social.

Portanto, segundo Rodrigues (1996, p.15), a questão ambiental traz a necessidade de uma releitura do território, "onde é preciso considerar e compreender a complexidade da apropriação, da produção, do consumo, da distribuição, a complexidade ecossistêmica que se estabelecem ao longo do território, das organizações societárias com a natureza".

A sociedade moderna tem adotado diversas formas de apropriação da natureza, que se caracterizam pelo uso incessante dos recursos naturais sem a possibilidade de reposição, o que vem comprometendo o seu futuro. Nesse uso frenético dos recursos naturais, produzem-se mercadorias que logo são descartadas e amontoadas em determinados espaços da cidade, imperando o mau cheiro e a possibilidade de proliferação de doenças. Essa sociedade do descartável, como afirma Rodrigues (op. cit., p.16), ao acumular objetos em grandes lixões, deteriora determinados territórios, tornando-os inaceitáveis para a riqueza e para o poder. Mas a sociedade do descartável também se amontoa em favelas, cortiços, beiras de rios, vivendo em situação de extrema miséria e fome, onde praticamente a infra-estrutura inexiste e o volume de desempregados e subempregados tem crescido.

A cidade passou a ser o receptáculo das contradições sócio-espaciais, em que determinada classe social se apropria da natureza e a utiliza como símbolo de poder e riqueza, já que para ter acesso ao "verde" e usufruir de todas as suas "benesses" é necessário ter condições de pagar por ele. Essa política acaba direcionando a população de baixa renda aos territórios

"socioenvironmental" problems.

Keywords
Japuíba - Identity - "Socioenvironmental" problems.

pobres e segregados, nos quais são vitimados pelos impactos ambientais negativos que eles, muitas vezes, são induzidos a continuar, comprometendo assim, o "meio ambiente urbano".

Segundo Rodrigues (1998, p.104), o "meio ambiente urbano" compreende "o conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivos. Costuma, o meio ambiente urbano, ser atributo do desenvolvimento quando apresenta determinadas condições modernas de vida. Quando ocorrem problemas ou 'dificuldades', estas são atribuídas aos desvios dos modelos e não ao próprio desenvolvimento que é desigual e combinado".

Desse modo, enquanto uma parcela da população urbana vê na compra do "verde" e o seu confinamento em loteamentos de luxo o acesso à qualidade de vida, há uma ampla parcela que não participa de uma cidade mais justa, partilha os "escombros" do processo de urbanização acelerado, vivendo em situações precárias, não tendo trabalho para garantir sua reprodução, sem acesso a luz, água, esgotamento sanitário e os demais serviços essenciais a uma condição de vida mais digna.

Campbell (1992, p.186), ao mostrar a relação entre o crescimento das cidades e o seu uso, afirma que "no período de crescimento mais rápido das cidades, numerosos governos assentaram as populações de baixa renda em aglomerados que, do ponto de vista habitacional, não foram satisfatórios no âmbito social, econômico ou arquitetônico", como veremos no caso do bairro de Japuíba, em Angra dos Reis.

Ao tratar dos "problemas ambientais urbanos" que afetam os pobres, Campbell (op. cit., p.186) relacionou-os a duas maneiras: "segundo os dilemas do meio microambiental - a casa e seu ambiente imediato e os do meio físico e social mais amplo, na maior parte administrados nos níveis da política urbana, regional e nacional. (...) o trato dos problemas ambientais nas cidades nas próximas décadas será tanto tarefa de natureza ambiental como social".

Segundo Souza (2000, p.117), podemos considerar os problemas ambientais como sendo "aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interação com o espaço, seja o espaço natural (estrato natural originário, fatores geoecológicos), seja, diretamente, o espaço social".

A cidade, ao ser intensamente produzida, implica diferentes impactos sobre o espaço natural, trazendo diversas conseqüências para a sociedade. Mas não podemos pensar que os "problemas ambientais" atingem os moradores de forma idêntica, pois, de acordo com a posição que cada grupo possui na esfera da produção, as suas responsabilidades são diferenciadas quanto à gestão do espaço.

Portanto, alguns indivíduos e grupos têm desenvolvido na cidade determinadas atividades que trazem problemas de impacto ambiental negativo, mas, em função do seu poder aquisitivo, usufruem dos seus ganhos e não dos prejuízos causados, pois estes são os que menos sofrem com os efeitos destrutivos produzidos pelas atividades em questão.

Segundo Carlos (1991, p.766), as práticas que deterioram as condições de vida estão mais direcionadas às "relações sociais inerentes ao processo de reprodução do espaço urbano, que transforma a cidade cada vez mais em valor de troca em detrimento do valor de uso. A cidade perde o sentido de obra e é vendida aos pedaços".

O processo desigual do desenvolvimento capitalista tem produzido a segregação sócio-espacial em nossas cidades, na qual uma parcela pequena da sociedade aproveita plenamente as "amenidades" do "espaço natural", enquanto a população pobre é direcionada aos locais sempre desprezados pelos privilegiados urbanos, como as áreas de encostas, margens de rios ou mangues.

Muitas vezes, o discurso ecológico tem considerado a pobreza e os

problemas ambientais de forma superficial, ou mesmo, responsabiliza a população de baixa renda pelos danos que sofrem no caso das enchentes e desmoronamentos, que trazem mortes e perdas materiais. Essa superposição, pobreza e risco ambiental, deve ser analisada sob a ótica do quadro de vida que as populações pobres e segregadas levam e as estratégias que usam para garantir a sobrevivência.

Segundo Souza (2000, p.136), não podemos responsabilizar os favelados pelas situações de risco de catástrofes ambientais, pois, em última análise, estes não "escolhem" onde morar. Na verdade, devemos buscar os mecanismos que induzem os favelados a se localizarem em áreas de risco, já que "qualquer 'escolha' se dá no contexto de um quadro de vida caracterizado em função das carências materiais, justamente pelo reduzidíssimo leque de opções. As estratégias de sobrevivência dos pobres urbanos, que podem ser causas imediatas de impactos ambientais negativos, são, elas próprias, condicionadas por determinantes estruturais decorrentes da 'lógica' do modelo social capitalista".

Assim, o modelo econômico que foi sendo implantado no mundo e vendido como libertação da pobreza, implicava um "desenvolvimento" com base na dilapidação e depredação dos recursos naturais, "o efeito foi a perda de riquezas coletivas apropriadas por interesses particulares e anti-sociais, o desenraizamento dos cidadãos, gerando miséria, preconceitos e violência" (Vieira, 1992, p.142), fatores que estão visíveis no espaço angrense.

O espaço de lugares privilegia a interação social onde a vida é apropriada através do corpo, do caminhar pelo bairro, ruas, praças, de viver, conhecer e reconhecer cada canto, são "as relações de vizinhança, o ir às compras, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso conhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar" (Carlos, 1996, p.21). Essa identidade vai sendo construída através do cotidiano, do entrecruzamento da história pessoal com a história do grupo social que desperta o sentimento de pertencer a um lugar, este formado pela acumulação dos tempos.

Na cidade, ocorre mais mobilidade e mais encontros, os quais estão condicionados por vários fatores como as infra-estruturas e a vida cultural oferecidas que permitirão maior ou menor intercâmbio social.

Esta cidade produzida pela modernidade aparentemente é democrática, acessível a todos, mas o acesso a ela se dá de forma diferenciada, já que o capitalismo vem produzindo a sua desigualdade, tornando os espaços públicos privados, "de tal forma que a territorialidade pública reduz-se cada vez mais à circulação" (Spósito, 1994, p.178).

Portanto, não podemos apropriar o todo da cidade, mas sim fragmentos do todo, como territórios da cidade, por exemplo, bairros, com seus diferentes ritmos que neles se entrecruzam. "Ritmos de trabalho, ritmos de circulação de pessoas, mercadorias, informações e idéias, ritmos de mudanças, enfim, ritmos de vida individual e social" (Spósito, op. cit., p.178). Esses diferentes ritmos vão caracterizando os territórios da cidade, permitindo que a mesma se expanda tanto no sentido do tecido urbano como no da produção imobiliária verticalizada, dando outras funções urbanas para as velhas formas.

A cada nova construção na cidade, sejam lotes na periferia sem infra-estrutura ou condomínios exclusivos, ocorre aí a multiplicação dos territórios que vão ser destinados aos diferentes segmentos sociais enquanto lugar de morar e enquanto acesso pleno à cidade. Esse processo ocorreu em Angra dos Reis devido à implantação de um modelo de desenvolvimento desconectado da realidade local e da omissão de parcelas de sua sociedade, que esperavam tirar proveito com a instalação dos grandes projetos. Veremos que os mesmos deram origem a vários bairros, como o de Japuíba, que se viram segregados e ameaçados do contexto urbano quando tais projetos começaram a ser postos em funcionamento. Assim, Japuíba tomou

consciência de seu “lugar” na cidade e buscou criar uma identidade para lutar pelo direito de existir.

O Bairro em Construção

Ao abordar a construção do bairro de Japuíba e os impactos que surgiram a partir de sua consolidação, faz-se necessário uma breve apresentação do bairro e também dos seus “recursos naturais”, que sofreram grandes transformações ao longo de sua intensa ocupação. Para isso, situaremos o bairro nos diversos momentos do crescimento urbano de Angra dos Reis e a sua importância para o entendimento dos problemas daí decorrentes.

O bairro, localizado a três quilômetros do Centro da cidade, caracteriza-se por ter uma população de baixa renda que, em grande parte, reside ali há menos de vinte anos, concedendo à Japuíba diferentes características urbanas: de um lado um arruamento mais organizado com pavimentação e, de outro, um amontoado de casas e ruas de terra que apresentam várias dimensões, dando a impressão de um processo de “favelização”. O bairro apresenta diversos problemas como a falta de saneamento básico, a segurança, os efeitos de uma ocupação desordenada e a deficiência em transportes, já que, apesar de ser servido por vários ônibus que trafegam pela rodovia Rio-Santos e a estrada Angra-Getulândia, em um determinado horário da noite há escassez desses serviços. Japuíba ainda conta com postos de saúde e algumas escolas municipais que atendem à população local até a oitava série do ensino fundamental, mas para cursar o ensino médio os estudantes devem se dirigir ao centro da cidade. Como o bairro cresceu de forma desenfreada, o comércio floresceu, principalmente próximo às duas vias centrais, possuindo diversas atividades como pequenos hotéis, lojas, supermercados, concessionária de automóveis, entre outros.

O bairro teve a sua ocupação acelerada no final dos anos 70, período que coincide com a instalação de vários projetos no município de Angra dos Reis como a Usina Nuclear, os empreendimentos turísticos e a criação da BR-101, a Rio-Santos, que atraíram para o município um fluxo populacional ávido por empregos. Ao terminar as obras, muitos operários permaneciam no local à espera de novas oportunidades e, como não podiam pagar o valor do aluguel elevado no núcleo central, passavam a dirigir-se para o seu entorno, no caso a antiga fazenda Japuíba.

A ocupação se deu de forma irregular e rápida, já que era importante garantir o direito de morar. Assim, áreas de manguezais e de Mata Atlântica foram invadidas por uma população de baixa renda que passou a construir seus barracos de qualquer maneira, numa área sem nenhuma infra-estrutura. Essa ocupação não se deu sem conflitos, uma vez que surgiram “donos” que pediram a reintegração de posse e a expulsão da população de posseiros. O poder público local procurava se manter afastado desse problema, pois, desde 1969, Angra dos Reis era considerada área de segurança nacional, em que os prefeitos eram indicados, geralmente ligados à Marinha. A não intromissão do poder público na questão era justificada por ser tal querela um caso de posse e por estar mais empenhado em atender às necessidades dos projetos turísticos.

Ao caminharmos por Japuíba, observamos que o bairro se estende desde os contrafortes da Serra do Mar, coberta pela Mata Atlântica, até a Baixada Litorânea que se encontra preenchida por sedimentos flúvio-marinhos de origem quaternária (solos arenosos), onde predominava uma floresta primária formada por árvores adultas de jequitibás, cedros, aroeiras e outras madeiras nobres e, possuindo também, uma fauna bastante diversificada. Já o antigo litoral era totalmente ocupado por um manguezal que cobria áreas de ocorrência de sedimentos argilosos orgânicos moles (1). Para completar essas características, temos o Rio Japuíba que se estende desde a Serra do Major Bernardes (recoberta pela Mata Atlântica) no seu alto curso até a

enseada do mesmo nome, onde os manguezais se fazem presentes. Portanto, é importante conhecermos a "fisiografia" do bairro de Japuíba para entendermos mais adiante o impacto que o crescimento populacional acelerado, mostrado na figura 1 a seguir, trouxe para aqueles ecossistemas e as conseqüências geradas para os seus moradores.
Aqui chamamos a atenção para a distribuição populacional no 2° Distrito (Cunhambebe), pois dos seus 33.360 moradores, em 1996, mais de 50% do total estavam concentrados no bairro de Japuíba, reforçando o peso desse contingente sobre os recursos naturais ali existentes.

Figura 2 - População do bairro de Japuíba por localidades – 1996

Localidades	Domicílios	População Total
Areal	612	2278
Banqueta	464	1653
Belém	557	2259
Campo Belo	1184	4484
Japuíba do Meio	1672	5318
Morro da Cruz/Enseada	314	1069
Nova Angra	394	843
Tararaca	726	2454
Total	5923	20358

Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - 2000

Ao procurarmos resgatar Japuíba de outrora, vamos recorrer, em vários momentos deste trabalho, à memória daqueles que o vivenciaram plenamente, não só de forma pessoal, mas social, como um reencontro no tempo e no espaço.
Para Costa (1993), pensamos e concedemos aos velhos a função de lembrar, de ser a memória da família, do grupo e da sociedade. Relegamos a eles a vida presente, mas são os nossos olhos em direção ao passado.
Aqui reportamos às lembranças de Dona Maria Cândida (Dona Mariinha, como é conhecida) que, ao falar de Japuíba, parece retornar no tempo e estar diante de um outro lugar que não reconhece nas imagens de agora. É o que podemos observar quando ela afirma que:

"O mangue era muito verde conservado, ai daquele que tirasse um pau de mangue, só podia em caso de necessidade, mas agora não, o pessoal constrói até casa e acaba com o mangue e com as praias. Antigamente o mangue era muito conservado mesmo.
Tinha muito verde mesmo ali na vargem da Japuíba. Tinha ali no pé do morro até ali na Rio-Santos aquela palha boa, verdinha, a minha mãe e a avó da Dona Neuza, elas cortavam a palha para fazer esteira para vender, agora tá aquele monte de gente lá, e acabaram com tudo". (Entrevista feita pelo autor em 1997.)

Em suas lembranças, por um momento, Dona Mariinha parece reviver a relação espacial que mantinha com Japuíba, de onde tirava parte de seu sustento material e, por que não, afetivo.
Como afirma Rose (1995), a identidade existe enquanto conectada a um lugar particular, que desperta nas pessoas um sentimento de conforto, de estar em casa e de reconhecimento de certas qualidades que o lugar possui.
A história de Japuíba se entrelaça à do município desde o Século XVIII, quando os primeiros colonizadores procuravam implantar na "região" a cana de açúcar nas fazendas que iam do litoral até os contrafortes da Serra

do Mar, chegando a instalar engenhos de açúcar e engenhocas para aguardente. Mas como ocorreu nas fazendas, a lavoura canavieira não obteve resultados satisfatórios. Na Fazenda Japuíba, algumas atividades ligadas a essa lavoura mantiveram-se, de forma esporádica, restritas aos colonos e a algumas vendas locais. “A minha mãe, no primeiro ano, começou plantando cana e levava no engenho para moer e fazer cachaça junto com o Doutor Lauro Travassos, que também tinha cana e era dono do engenho e do alambique”(Dona Mariinha).
O avanço do café veio em substituição à restrição do açúcar no Século XIX, mas as fazendas locais vão ter problemas de produtividade por fatores naturais e dificuldade de mão-de-obra, levando à decadência a lavoura cafeeira e ao abandono de muitas terras. A desintegração da produção cafeeira e o abandono das fazendas pelos antigos proprietários tornaram seus trabalhadores posseiros, que passaram a se dedicar à lavoura de subsistência.

“A minha mãe, na época, ainda tinha quarenta anos, então ela fez a vida dela ali. Ela não trabalhava para fora não, ela vivia da roça dela mesma. Logo no primeiro ano, ela plantava para ela mesma e fazia fubá, feijão, milho e cachaça para vender (...) O pessoal vinha de cavalo vender banana, carvão e milho. Esse carvão era daqui mesmo de Japuíba. A minha mãe mesmo comprava, já que o carvão naquela época era muito utilizado, até mesmo pela padaria daqui, que precisava do carvão, e o comércio era só aqui em Japuíba”. (Dona Mariinha)

Podemos observar algumas características importantes, como por exemplo, o abastecimento dos poucos moradores da Fazenda, feito através de trocas comerciais com áreas adjacentes, tornando Japuíba um núcleo desse incipiente comércio. Isso ocorria, principalmente, pela falta de estradas entre as localidades e pela decadência da cidade de Angra dos Reis, no início do Século XX. Outro fator importante é a produção e a comercialização do carvão, que eram realizadas na própria fazenda, já desencadeando um processo de “degradação ambiental” (2) que vai se acentuar com o rápido crescimento populacional nos anos 70.
A Fazenda Japuíba pertencia ao Comendador José Félix de Almeida Proença Campos, que trouxe o Dr. Lauro Travassos para tomar conta da mesma, mas com o tempo este passou a se dizer dono (3). Com o falecimento do Dr. Lauro Travassos em 1948, a sua família não ocupou a fazenda, pois não possuía os documentos que pudessem comprovar a sua posse. Assim, alguns descendentes dos antigos colonos permaneceram ali sem serem molestados. Então, “a região aqui anteriormente só concentrava família antiga, a minha família e mais 56 famílias na fazenda. Antigamente você subia aqui no casarão (4) e via a beleza que era a baixada, cheia de área desocupada” (entrevista com o Sr Nelson Soares, feita pelo autor em 1997). Podemos observar, que até os anos 60, a configuração sócio-espacial de Japuíba mantinha-se pouco alterada, com a presença das antigas famílias que viviam da lavoura de subsistência e áreas que possuíam baixa ocupação. Mas Japuíba seria uma vítima das transações escusas dos anos 70, sofrendo forte impacto com a chegada dos grandes projetos implantados no município pelo Governo Federal.

E os Projetos chegaram. Surge uma outra Japuíba.

Nos anos sessenta, com o crescimento da indústria naval, o Estaleiro Verolme já havia atraído muitos trabalhadores ao município, pressionando os preços dos aluguéis no entorno da cidade, obrigando os trabalhadores de baixa renda a buscarem alternativas de moradia. Mas foi nos anos 70 com a abertura da Rio-Santos, a instalação da Usina Nuclear e o avanço do turismo, que os conflitos pelo uso do solo tornaram-se violentos e, como

sempre, a população de baixa renda foi a mais prejudicada.
O turismo desencadeou uma valorização das terras do município, principalmente aquelas próximas ao litoral, que serviram para a construção de condomínios luxuosos, visando atender a uma classe de alto padrão financeiro. O papel dos poderes municipal e federal frente aos empreendimentos turísticos foi fundamental, já que direcionaram verbas para os equipamentos urbanos nas áreas dos condomínios, incentivando ainda mais a especulação imobiliária e a concentração de terras em Angra dos Reis, principalmente a partir do momento em que o Governo Federal a elencou como prioridade ao turismo. Por outro lado, as áreas onde se concentrava a população de baixa renda não tinha direito a nada ou quase nada em relação às verbas destinadas à infra-estrutura.
Nos anos 70, a urbanização acelerada e desigual desencadeada no país tornou a questão da moradia um dos maiores problemas das cidades brasileiras e, em Angra dos Reis, a situação não foi diferente, pois a mesma já se apresentava como uma situação preocupante para as autoridades municipais, como podemos perceber na seguinte afirmação:

"situada a três quilômetros do centro da cidade, a Japuíba, imensa área plana do segundo distrito angrense, várias vezes maior que o atual núcleo urbano, poderá significar a solução dos problemas habitacionais enfrentados no município. (...) A necessidade de expansão dá duas opções ao angrense: os morros ou áreas nas proximidades do mar. A primeira alternativa tem resultado em problemas de urbanização que a prefeitura tem conseguido equacionar relativamente, oferecendo água, luz e calçamentos de uma via principal. As outras áreas são supervalorizadas e têm o seu aproveitamento para fins turísticos, tornando-se impraticável para a maioria das faixas salariais da cidade" (Jornal Presente, 30/10/76, p. 5).

Esse depoimento do então prefeito Toscano de Britto ressaltou a situação que o município vinha sofrendo, ou seja, o aumento acentuado da ocupação das encostas, que onerou os cofres públicos ao instalar ali os equipamentos urbanos, e a perspectiva de ver Japuíba como uma "válvula" de escape aos problemas habitacionais vivenciados por Angra. Podemos ainda observar que as áreas destinadas ao turismo não foram mexidas pra fins de uma reforma agrária, sendo mantidas para uma determinada classe social, enquanto a população de baixa renda foi direcionada para as áreas de menores recursos em infra-estrutura.
Portanto, a partir desse momento, Japuíba passou a receber um número expressivo de moradores, facilitado pelo abandono dos seus "antigos proprietários" e pela proximidade da área central. É o que nos mostra o Sr Autran ao afirmar que:

"(...) muita gente veio trabalhar em Furnas, Petrobrás, Verolme, naquela época a mão-de-obra era muito procurada, vinha gente de tudo que era lado. As pessoas começaram a procurar lugar para trazer suas famílias. Eles vinham sozinhos do Nordeste, seis meses depois queriam trazer a família. Então, o surgimento de Japuíba começou a partir de 1978" (entrevista feita pelo autor em 1997).

Ao chegar a Japuíba, esses trabalhadores rurais e urbanos encontraram uma baixada litorânea coberta por manguezais e matas e, na parte da Rio-Santos, em direção à Serra do Mar, brejos e vegetação de Mata Atlântica. Não havia nenhum investimento por parte do poder municipal em equipamentos urbanos e, muito menos, em projetos de habitação. As pessoas queriam morar e, para garantir esse direito, passaram a ocupar e construir seus barracos, de forma aleatória, em áreas de mangues, aterrando-os e avançando também sobre as encostas.
Esse processo foi agravado no início da década de oitenta, período em que

o modelo econômico implantado no Brasil e no mundo já dava sinais de esgotamento. A crise era iminente com a queda da produção industrial, aumento da inflação, disparo da dívida externa e, conseqüentemente, o aumento do desemprego. A cidade de Angra dos Reis e, no nosso caso, Japuíba, sentiram os efeitos dessa crise, já que, no início da década de 80, o final das obras de Angra I somado à redução do quadro de funcionários da indústria naval agravaram as condições habitacionais no município. Um grande contingente de força de trabalho se direcionou para Japuíba à espera de um novo emprego, aumentando a pressão demográfica sobre os recursos naturais ali existentes e modificando sistematicamente a situação ambiental. Por serem de várias partes do país, aqueles trabalhadores traziam hábitos culturais de seus lugares de origem, confrontando-os com os que passavam a vivenciar. Segundo Botelho (1995, p.48), o homem possui laços afetivos com o lugar de origem em um determinado tempo, mas "ao fixar residência em um novo recinto, este homem leva consigo todos os valores e conteúdos de seu mundo vivido experienciado anteriormente em outros locais e os readaptam à sua realidade do momento, construindo assim, em torno de si, um novo mundo vivido".

As migrações obrigam o homem a adaptar-se a um novo lugar e, muitas vezes, deixar esquecidas partes de seus laços anteriores. Para Penna (1992, p.18), no caso dos migrantes nordestinos, a vivência no lugar de origem é marcada pela pobreza, onde o homem é excluído do sistema social, político e econômico vigente, pois não possui acesso à terra, permanece subordinado aos sofrimentos gerados por problemas da natureza (no caso, a seca), sem recursos para enfrentá-los. "Se a experiência da exclusão já estava presente, a nosso ver o desenraizamento já existia na terra natal, mesmo antes da partida".

Para Santos (1987, p.61), a cultura é uma forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, além de ser uma herança, também é um reaprendizado das relações profundas do homem com seu meio, fruto de uma vivência maior. Então a cultura nos dá a consciência de pertencer a um grupo, sendo ela o cimento. "É por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é freqüentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são também, desculturização".

Portanto, a princípio, os novos moradores não se viam como parte de Japuíba, desterritorializados em/de seu lugar de origem, onde "nem todos os candidatos possíveis partem: eles só se decidem à aventura, quando o que esperam encontrar em outro lugar ultrapassa suficientemente aquilo que têm no seu lugar de origem" (Claval, 1983, p.246). Primeiramente, procuram em sua precariedade econômica e social ter acesso ao direito de morar, seja sobre o mangue ou em áreas de Mata Atlântica, transformando-os, já que estes não faziam parte de sua "memória ambiental".

Esse contato inicial dos "novos moradores" de Japuíba com o seu espaço é aqui visto por Dona Mariinha como de destruição, ao afirmar que:

"Os meus irmãos caçavam muita capivara e lontra, por isso que a gente não comprava nada porque a gente já tinha tudo para comer. A gente só pegava caranguejo na época do caranguejo que é de dezembro a fevereiro e tinha demais, pegava brincando, mas agora o pessoal constrói casa no mangue, transforma em rancho o mangue e pega aqueles sacos de batata e vai para o mangue tentar pegar caranguejo para vender, mas agora já fracassam o caranguejo e os peixes. Agora eu só como caranguejo uma vez ou outra, porque eu compro. Eu me lembro que o pessoal que cortava o mangue, era tudo do Nordeste e Rio de Janeiro, isso começou depois que abriram a Rio-Santos. O pessoal encostava o carro e levava vários sacos cheios de caranguejo, aí acabaram com tudo".

Mais uma vez a lembrança de Dona Mariinha mostra Japuíba produzindo o seu sustento e tendo uma relação mais profunda com o seu espaço, onde o mangue era visto como de subsistência e, portanto, respeitado em seu ciclo biológico; já os "novos moradores" viam o mangue como sobrevivência, pois, estando desempregados ou ocupando serviços temporários, passavam a vender os caranguejos como forma de ajudar no orçamento familiar, mas por não terem vivenciado o lugar por completo e não entenderem o seu ritmo, iniciaram um processo de degradação.

A ligação com o território deve ir além do simples fato de morar, trabalhar ou circular por ele, para se ter uma identidade com o mesmo é importante mantermos uma relação de comunhão. Assim, Japuíba deveria ser visto mais que um suporte material, ele é também simbólico e ajuda a criar um laço afetivo que não se restringe ao tempo de moradia, mas vai muito mais além.

A ocupação acelerada de Japuíba só ganhou atenção por parte das autoridades municipais e do povo em geral, quando, já no final dos anos 70, explodiu o conflito de terras, iniciado pelas primeiras ações de reintegração de posse daqueles que se diziam proprietários, ameaçando os posseiros e comprando destes terras a preços irrisórios ou usando a violência para expulsá-los.

Essa forma radical de intimidar a população, levou-a a superar as suas diferenças e a se ver envolvida num processo coletivo de luta, o que permitiu o reconhecimento de uma igualdade, uma percepção do "nós". Essa tomada de consciência, como afirma Santos (1987), vai revertendo o espaço como fonte de alienação, em espaço de descoberta, contribuindo para a formação da identidade do grupo e permitindo o surgimento de um poder local frente ao poder político estabelecido. Portanto, a luta pela moradia vai desencadear o movimento popular de Japuíba e, conseqüentemente, incentivar a identidade coletiva que estava latente.

Considerações Finais

Ao iniciarmos nossa investigação, percorremos a história do bairro de Japuíba, ora pela memória dos moradores mais antigos, que nos desvendaram uma outra realidade, ora pelo seu entrelaçamento com a história de Angra dos Reis. Neste contexto, procuramos mostrar os percalços do bairro na busca da construção de sua identidade e a relação com os conflitos "sócio-ambientais". Apesar de encontrarmos no município outros bairros que vivenciaram processos semelhantes, neste trabalho, os fatos são específicos da realidade de Japuíba.

Esse desenraizamento dos indivíduos é percebido no espaço angrense, principalmente no bairro de Japuíba, cujo número representativo de moradores veio de outras partes do Brasil em busca de oportunidades de trabalho. Então, enquanto "a desterritorialização tem hoje na constituição de redes econômicas cada vez mais ampliadas a sua principal mola propulsora, a reterritorialização tem no controle e identificação com o espaço cotidiano, vivido, a sua fonte primeira e mais eficaz de realização". (Haesbaert,1997, p.258).

Como em outros lugares do país, Angra dos Reis passou a ter um rápido crescimento populacional, sem ter condições de infra-estrutura para absorvê-lo em tão pouco tempo. Aqueles projetos lançaram mão de recursos para atender a seus trabalhadores mais qualificados, deixando os menos qualificados à própria sorte, cabendo ao município a responsabilidade de resolver o problema, acentuado principalmente com a construção da rodovia Rio-Santos e o avanço do turismo. A oferta temporária de trabalho na construção da rodovia e dos condomínios de luxo, localizados no litoral, atraiu um volume de trabalhadores desqualificados que passou a ocupar os terrenos mais baratos e próximos à cidade, no caso, os de Japuíba. Invadiam-se mangues, margens dos rios,

encostas. Em pouco tempo, os problemas ambientais se agravaram, repercutindo diretamente sobre os seus moradores. Doenças, enchentes, erosão e desmoronamentos passaram a fazer parte da realidade do bairro, como ocorreu no final de 2002, quando uma chuva intensa deixou 13 mortos e vários desabrigados. Deste modo, a cidade foi partida e nela constituíram-se territórios segregados que marcam cada vez mais a sua história.

Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha. Repensando a Questão Ambiental no Brasil a Partir da Geografia Política. In: LEAL, Maria do Carmo, SABROZA, Paulo Chagastelles et. al. (Orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar. vol. 1. São Paulo : Hucitec, 1992. pp. 127-152.

CAMPBELL, Tim. Desenvolvimento Urbano no Terceiro Mundo: Dilemas Ambientais e Pobres Urbanos. In: JEFFREY, Leonard H.(Org.). Meio Ambiente e Pobreza. Estratégias de Desenvolvimento para uma Agenda Comum. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. pp. 183-206.

_____, Ana Fani A. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani A. O Meio Ambiente Urbano e o Discurso Ecológico. In: Anais do Terceiro Encontro Nacional Sobre Meio Ambiente. Londrina: Associações dos Geógrafos Brasileiros, 1991, pp. 765-770.

CLAVAL, Paul. Espaço e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

COSTA, Rosalina M. Em Busca do Espaço Perdido; a Reconstrução das Identidades Espaciais do Bairro da Lapa da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993. 216p. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e Identidade. A Rede "Gaúcha" no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

JAPUÍBA Poderá Ser Novo Núcleo Urbano de Angra. Jornal Presente, Angra dos Reis, 30 out. 1976, Ano I, n.12, p. 5.

LEANDRO, Aldo Gomes. Turismo, Imagem do Lugar e Competitividade na Globalização. Revista de Pós-graduação em Geografia USP, São Paulo, v.1, n.1, pp. 85-89, jun.1997.

MATTOS, Rogério Botelho. O Mundo Vivido por uma Comunidade Urbana: O Caso do Condomínio Residencial José de Alencar. Caderno de Geociências, IBGE, Rio de Janeiro, n.13, pp. 47-62, jan./mar. 1995.

NATRONTEC, Estudos e Engenharia de Processos Ltda. Terminal Aero-Rodo-Marítimo de Angra dos Reis - Relatório de Impacto Ambiental. Angra dos Reis, 1996.(mimeo).

PENNA, Maura. O Que Faz Ser Nordestino: Identidades Sociais, Interesses e o "Escândalo" Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

RIO DE JANEIRO (ESTADO), CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO, 1996, Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1996, Rio de Janeiro, CIDE.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Reflexões Sobre a Produção e Consumo do e no Espaço (Re)leituras do Território. Conjunto de Produção Acadêmica apresentado no Concurso de livre Docência em Geografia Humana e Econômica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1996.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção e Consumo do e no Espaço - Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Hucitec , 1998.

ROSE, Gillian. Place and Identity: A Sense of Place. A Place in the World? New York : Oxford University, 1995.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Desafio Metropolitano: um Estudo Sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrópoles Brasileiras, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. A Cidade e seus Territórios. In: BRASILEIROS, Associação dos Geógrafos. Anais do 5° Congresso Brasileiro de Geógrafos. Curitiba: UFPR, 1994, pp. 175-179.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Levantamento Semidetalhado de Solos da Zona Ocupada em Angra dos Reis. Departamento de Solos. Rio de Janeiro, 1992. pp.1-95.

VIEIRA, Liszt. Constituição e Meio Ambiente. In: Ecologia e Política no Brasil. 2a edição. IUPERJ, 1992, pp. 141-162.

Notas

1- Segundo o relatório de impacto ambiental feito pela empresa Natrontec para a Enseada de Japuíba, “os solos argilosos moles são característicos das áreas de manguezais, bastante comuns na área. São solos orgânicos, moles a muito moles, que sofrem influência tanto das marés, como do lençol freático. Estes podem conter porções mais arenosas e possuem coloração quase sempre negra” (Natrontec,1996,p.4.3).

2- Segundo Souza (2000, p.113), a degradação ambiental “é entendida como o solapamento da qualidade de vida de uma coletividade na esteira dos impactos negativos exercidos sobre o ambiente - que tanto pode ser o ‘ambiente natural’ ou recursos naturais quanto o ambiente construído, com seu patrimônio histórico-arquitetônico, seu valor simbólico-afetivo etc. - por fenômenos ligados à dinâmica e à ‘lógica’ do modelo civilizatório e do modo de produção capitalista”.

3- “... Eu nasci na Fazenda Japuíba, em 09/10/31. Meu pai, Antônio Rodrigues, veio para cá com 19 anos e morreu com 73 anos. Ele era quem governava a Fazenda Japuíba, porque quem o colocou foi o Dr. Lauro Travassos, mas a fazenda era do Comendador Félix. Porque eu, quando criança, ouvia meu avô falar, quando se aborrecia, e ele dizia: ‘Olha, eu vou embora daqui, eu não vou trabalhar mais pra ninguém, porque essa fazenda aqui é do Comendador Félix, eu era empregado dele’.” (Entrevista de Dona Luzinete, concedida a Palmeira, para o Projeto Memória e História da Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis,1998, p.92).

4-Este casarão ainda existe no bairro, mas se apresenta bastante deteriorado e ocupado por uma família de baixa renda. Ele é o único marco da antiga Fazenda Japuíba e está próximo à rodovia Rio-Santos.